

## ATA DA 26ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DOS PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E DA SERRA GERAL

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e nove, as quatorze horas e trinta minutos, em segunda chamada, reuniram-se na Sede Administrativa dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, em Cambará do Sul/RS, os membros do Conselho Consultivo, para tratar dos seguintes assuntos: 1- Discussão dos efeitos práticos da sentença da Ação Civil Pública 2001.71.07.005307-5/RS; 2- Discussão sobre a implementação da cobrança de ingressos decorrente da Portaria MMA nº 366 de 07/10/2009; 3- Apresentação do resumo da reunião da Câmara Técnica de Credenciamento, que se realizará na parte da manhã do dia 03/11/2009; 4- Apresentação da programação das comemorações ao Cinquentenário de Criação ao PNAS; 5- Situação financeira das Unidades de Conservação; 6- Apresentação do Projeto do Teleférico a pedido da Secretaria de Turismo de Cambará do Sul. Abrindo a reunião, o presidente do Conselho Consultivo solicita apresentação dos membros titulares presentes, que poderiam confirmar o quórum mínimo exigido pelo regimento interno para realização da Assembleia Geral Ordinária. Após a conferência, sugere que a ata da AGO anterior seja aprovada sem leitura, em razão do encaminhamento aos endereços eletrônicos e em razão da extensão. Como a maioria opta pela leitura, segue a reunião e lê a ata da 25ª reunião, sendo a ata em seguida aprovada pelos presentes, com as alterações sugeridas por Alexandre Krob (ONG Curicaca), encaminhadas posteriormente.

Em seguida, como primeiro item da pauta, se inicia com o Presidente do Conselho apresentando a decisão relativa à Ação Civil Pública das espécies exóticas. A decisão atual substitui a decisão de outubro de 2005, que exigia a erradicação de todas as espécies exóticas na área de entorno dos Parques Nacionais. Informou que a decisão anterior era aplicada somente para a espécie Pinus, por um entendimento da administração da Unidade de Conservação. A decisão atual retira as multas existentes para os casos de emissão de autorização de plantios. Além disso, nessa decisão, a Justiça Federal sentenciou assuntos relacionados às outras ACP's existentes, seguindo com a leitura da decisão de modo integral que aqui inserimos:

1.1) presente, no prazo de 60 (sessenta) dias, a proposta de implementação do Plano de Manejo, na qual deverá indicar objetivamente: (a) as medidas que serão tomadas para a questão fundiária, apontando o tempo necessário a cada situação arrolada e os recursos públicos a serem utilizados; e (b) as medidas que serão tomadas para a questão da fiscalização e do quadro funcional, apontando o tempo necessário, não superior a 1 (um) ano, para implementação / execução delas, assim como os recursos públicos a serem utilizados.

1.2) ato contínuo, em no máximo 1 (um) ano, contado do encerramento do prazo de 60 (sessenta) dias, implemente / execute o Plano de Manejo Integrado dos Parques Nacionais dos Aparados da Serra e da Serra Geral;

1.3) finalize, no prazo de 6 (seis) meses, o diagnóstico e, imediatamente após, inicie a erradicação e controle das espécies, nas condições e conforme os prazos indicados às fls.840-847, assim como a execução das atividades de monitoramento e avaliação, informação e educação.

Em seguida, o presidente do conselho esclarece como devem proceder aos interessados em realizar a regularização dos plantios de espécies exóticas na Zona de Amortecimento dos Parques Nacionais. Explica que os procedimentos de licenciamentos estão estabelecidos em duas instruções normativas do ICMBio, sendo que as atividades potencialmente poluidoras licenciadas pelos órgãos estaduais devem ser autorizadas pela Coordenação Regional de Florianópolis, após parecer técnico emitido pela UC. As atividades de menor potencial poluidor e que tenham efeito na biodiversidade da UC, devem ser autorizados diretamente pelo administrador dos Parques Nacionais. Foram ainda esclarecidas dúvidas do representante da ONG Curicaca relativo à demanda criada por essa decisão, onde o presidente do conselho reitera que somente as normas previstas no Plano de Manejo serão utilizadas para licenciamento de atividades de silvicultura, com possibilidade de aplicação de regras

mais restritivas para localização e normatização dos plantios existentes e a serem implementados. Esclarecidos também os procedimentos relativos aos plantios já existentes previamente à homologação do plano de manejo (abril/2004). O representante do Sindicato de Jacinto Machado solicita informações a respeito de como se dará a regularização dos plantios de eucaliptos principalmente na região catarinense da Zona de Amortecimento, sendo que a resposta foi de que serão encaminhadas as vistorias de acordo com a disponibilidade de servidores para identificar os plantios e verificar principalmente o atendimento das regras no que diz respeito às áreas de preservação permanente nestes plantios. O representante da ONG Curicaca pergunta sobre a implementação do plano de manejo de 2004, sugerindo a apresentação de um plano anual de trabalho. O presidente do conselho responde que o primeiro passo é a apresentação de um planejamento de regularização fundiária, que é o primeiro passo para que se possa prosseguir na implementação do restante do plano de manejo, sendo que o entendimento é de que a decisão judicial é uma sequência de ações que devem ser tomadas. Relata também as dificuldades financeiras e de recursos humanos que impedem a sequência das ações. Seguem algumas discussões a respeito de planos de ação para atingir os objetivos previstos no plano de manejo. Josemar (COMTUR) sugere que as entidades representadas no conselho consultivo auxiliem na implementação de algumas ações previstas que já possam ser executadas. O presidente relata as consequências de um corte no orçamento ocorrido em março de 2009, que impediram as sequências de atividades que haviam sido previstas como, por exemplo, a monitoria do uso público, que já estava inclusive marcada. Também informa que não haverá nenhuma ação relativa à revisão do plano de manejo, enquanto o ICMBio não definir como fará a regularização fundiária das UC's, sendo que essa discussão perdurou ainda com alguns membros do conselho. Alexandre (ONG Curicaca) sugere que o conselho se manifeste em ofício ao presidente do ICMBio, para a nomeação de servidor, independente do nome, que possa retomar as atividades de regularização fundiária ou que possa capitanear essas ações. Segue com a leitura de minuta elaborada, com aprovação de encaminhamento imediato do documento. Relativo à pauta, ocorre questionamento quanto aos prazos para respostas aos protocolos de solicitação de autorização de licenciamento, sendo que fica esclarecido que os prazos para encaminhamentos e respostas são de 15 dias, e que as IN's respectivas definem a sequência de ações e seus respectivos prazos.

Segue a pauta com a discussão sobre implementação da Portaria MMA 366 de 07 de outubro de 2009, que define novos valores de ingressos para os Parques Nacionais, antes faz a leitura dos feriados nacionais em que será aberta a bilheteria do PN Aparados da Serra no ano de 2010. O presidente do conselho faz uma leitura rápida do teor da portaria comparando com a situação atual da cobrança de ingressos. Faz um breve relato das dificuldades relacionadas à aplicação de todas as categorias de ingressos, como a exclusão da isenção para moradores do entorno dos Parques Nacionais. Também informa da exclusão de cobrança do estacionamento nas Unidades de Conservação. Diversas manifestações de inconformidade com o aumento abusivo dos valores, de que a portaria ao contrário de incentivar a visitação, está aumentando a arrecadação, sem dar a contrapartida em implementação de infraestruturas, como a lanchonete que está fechada. Ocorre uma breve discussão relacionada aos impactos negativos e positivos da portaria, sendo que o assunto é fechado pela presidência do conselho que explica o motivo para ausência de um dos serviços que pode ser oferecido dentro de uma área protegida. Seguem esclarecimentos sobre as previsões de obras para reformas dos prédios, possibilidade de parcerias para investimentos. Informa ainda que até 01 de janeiro de 2010, devem ser resolvidas todas as questões que geram dúvidas na portaria, bem como a eventual alteração do formato e dos valores cobrados para a trilha do Rio do Boi, além da dispensa de cobrança no PNSG em razão da ausência de estrutura no local. Novamente surge o questionamento sobre o retorno dos 50% da arrecadação para investimentos, sendo que o retorno se dá em manutenção, em valores muito superiores aos arrecadados.

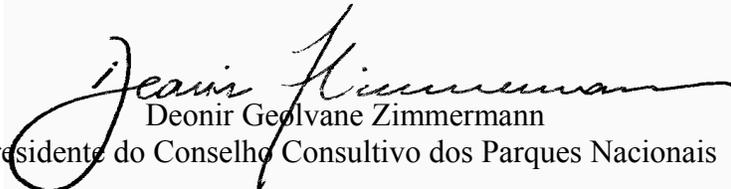
A seguir, foram apresentados os itens discutidos na reunião da Câmara Técnica de Credenciamento, que ocorreu na manhã: a) Apresentação do Fórum de Ecoturismo e Turismo de

Aventura – Aparados da Serra, a ser realizado em dezembro 2009 em Cambará do Sul; b) apresentação do curso de Canionismo, a ser realizado em dezembro 2009 no Parque Nacional; c) Devolutiva da revisão da documentação dos condutores cadastrados no ICMBio; d) Discussão da Norma de Caminhada; e) Finalização da Ação Emergencial do Rio do Boi – Setoriamento; f) Visitação do Canyon do Índios Coroados e do Morro dos Cabritos; g) Novos credenciamentos e atualização das listagens.

Em sequencia aos itens pautados, o presidente do conselho inicia um relato da situação financeira das UC's, informando que até o momento foram descentralizados somente R\$ 16 mil reais através de suprimentos de fundos em cartão corporativo. O planejamento apresentado no inicio do ano não vem sendo cumprido, sendo que as programações de compras em andamento não possuem nenhuma confirmação de execução. Esclarece que os recursos financeiros do ICMBio estão sendo distribuídos em ações internas de estruturação, e que a não descentralização dos recursos para a UC podem ter efeito direto na manutenção do uso público da unidade. Houve deliberação pelo encaminhamento do assunto à imprensa, para fins de alerta à sociedade sobre a atual situação financeira e o possível fechamento dos Parques à visitação pública.

Em seguida, o presidente do conselho apresenta as programações para a comemoração do cinquentenário do Parque Nacional de Aparados da Serra. Está programado, já com recursos para realizar o evento, seminário que irá discutir o manejo de campos naturais em áreas protegidas. Informa os motivos para realização de um evento técnico, fechado ao público, e que terá como principal objetivo a discussão dos efeitos da retirada de gado e de fogo de áreas de campo nativo nas áreas que estão localizadas dentro dos Parques Nacionais. Alexandre (ONG Curicaca) alerta para que diferentes correntes de pesquisa estejam representados no evento, em razão das várias opções de manejo existentes. O presidente do conselho apresenta também o projeto de elaboração de vídeo que trata dos 50 anos de transformações da área dos Parques Nacionais, que deverá ser apresentado no dia da assinatura de parceria com empresa para investimentos a serem realizados.

A última pauta é sugestão da Secretaria Municipal de Turismo, sendo que a apresentação é da Prefeitura Municipal de Cambará do Sul. O presidente do Conselho informa que não é projeto dos Parques Nacionais, que não foi apresentado oficialmente à direção das Unidades de Conservação e que a apresentação foi realizada diretamente à direção do ICMBio. O prefeito Aurélio Alves de Lima esclarece que o pedido de pauta se dá em razão da necessidade de esclarecimento ao assunto, tendo em vista mensagem eletrônica encaminhada pelo presidente do conselho a todos os membros, comentando reportagem jornalística anunciando o teleférico, e que não fará uma apresentação do projeto do teleférico para o Itaimbezinho. Informa que até o momento, o que está em andamento é um estudo de viabilidade para implementação de uma estrutura no interior da Unidade de Conservação. Além de relatar os motivos da apresentação à direção do ICMBio e a Secretaria de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, foram manifestadas as preocupações do município com a situação atual das UC's, com a falta de um planejamento turístico dos Parques Nacionais e da ausência de recursos para implementação básica dos serviços aos visitantes. Após segue discussão sobre a apresentação do projeto, com pedido de registro em ata pela ONG Curicaca, de que o conselho seja ouvido antes da instauração de um processo que altera o plano de manejo dos Parques Nacionais, e que não sejam ouvidos ao final, quando a instituição já fechou a discussão sobre o mesmo. Em seguida, com pronunciamento final do presidente do conselho a respeito da pauta, foi ainda apresentada uma programação das assembleias programadas para 2010, sendo encerrada a Assembleia Geral Ordinária.

  
Deonir Geólvane Zimmermann  
Presidente do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais